Diretor da Abin vai explicar espionagem e Paraguai

Luiz Fernando Corrêa foi intimado pela PF para depor

Por Karoline Cavalcante

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Corrêa dará explicações sobre duas investigações da PF

O diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Luiz Fernando Corrêa, foi intimado pela Polícia Federal nesta terça-feira (15) para prestar depoimento no inquérito que apura um suposto esquema de espionagem ilegal na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A oitiva está marcada para quinta-feira (17), mesma data em que deve ser ouvido o ex-diretor adjunto da agência Alessandro Moretti, também convocado pelas autoridades.

Os investigadores buscam esclarecer dois pontos principais: se a gestão do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) da Abin tentou obstruir as investigações sobre o uso da agência, durante o governo Jair Bolsonaro (PL), para monitorar ilegalmente autoridades, jornalistas e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) considerados desafetos do ex-presidente — caso que ficou conhecido como "Abin paralela".

Paraguai

Além disso, Corrêa dará explicações sobre uma suposta ação hacker em computadores do governo do Paraguai para obter informações que fossem vantajosas ao Brasil numa negociação envolvendo a Hidrelétrica Binacional de Itaipu.

Em nota, Corrêa disse que está à disposição das autoridades competentes "para prestar quaisquer esclarecimentos, seja no âmbito administrativo, civil ou criminal, sobre os fatos relatados na imprensa e que remetem a decisões tomadas em gestão anterior da Agência".

Moretti já integrava os quadros da Abin durante a eleição de Lula e permaneceu na agência graças à sua proximidade com Corrêa. Ocupando o posto de número dois da instituição desde março de 2023, ele acabou sendo exonerado em 30 de janeiro de 2024. A decisão foi motivada por suspeitas de que teria tentado atrapalhar investigações da Polícia Federal sobre práticas de espionagem ilegal supostamente conduzidas por agentes da própria Abin. Em seu lugar, assumiu o cientista político Marco Cepik.

Relembre

Em março deste ano, dois agentes da Abin afirmaram à Polícia Federal que houve um ataque hacker aos sistemas do governo paraguaio. Segundo os depoimentos divulgados pelo UOL, a ação teve como objetivo acessar informações privilegiadas sobre as negociações relacionadas à Usina Hidrelétrica de Itaipu. A revelação levantou preocupações sobre possíveis violações diplomáticas e o uso indevido da estrutura de inteligência do Estado.

As investigações indicam que computadores paraguaios foram invadidos para extrair dados sigilosos sobre tarifas de Itaipu, tema de constantes disputas comerciais entre Brasil e Paraguai. A operação foi planejada durante o governo de Bolsonaro e executada já sob a gestão do presidente Lula. A Polícia Federal agora apura se houve ilegalidade na operação e quais agentes estiveram envolvidos.

Na época, o governo brasileiro se apressou em se desvincular da operação. Em nota divulgada pelo Ministério das Relações Exteriores, a atual gestão negou qualquer envolvimento e atribuiu a autoria da ação ao governo anterior. Segundo o comunicado, a operação foi autorizada em junho de 2022, durante a gestão passada, e foi oficialmente suspensa em março de 2023, assim que a nova equipe tomou conhecimento do caso. Destacaram que, naquele momento, a Abin estava sob comando interino, já que Luiz Fernando Corrêa, atual diretor-geral, ainda aguardava a aprovação de seu nome pelo Senado — o que aconteceu apenas no final de maio daquele ano.

"O governo do Presidente Lula reitera seu compromisso com o respeito e o diálogo transparente como elementos fundamentais nas relações diplomáticas com o Paraguai e com todos seus parceiros na região e no mundo", destacou o Itamaraty.

Juristas apontam viés político no processo contra Glauber

Por Karoline Cavalcante

Ascom Glauber/Sâmia/Psol

Paulo Teixeira foi um dos que visitou Glauber Braga

Um grupo de 24 juristas divulgou, nesta terça-feira (15), uma carta aberta em apoio ao deputado federal Glauber Braga (Psol-RJ), que está em greve de fome há uma semana. Acampado no chão do Plenário 5, no Anexo II da Câmara dos Deputados, o parlamentar protesta contra a decisão do Conselho de Ética, que aprovou, na última quarta-feira (9), o parecer que recomenda sua cassação.

No documento, os advogados criticam a condução do processo disciplinar, alertam para o risco de uma punição desproporcional e apontam que a penalidade pode assumir um viés político ou simbólico exagerado. "A intensificação da sanção sem observância dos precedentes, da proporcionalidade e da função ético-pedagógica da pena pode ser caracterizada como violação do princípio da legalidade material, do devido processo substancial e da dignidade da pessoa humana", diz um trecho da nota assinada por nomes como o de Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay.

Além disso, os juristas apontam que a decisão do colegiado de recomendar a cassação, mesmo diante de precedentes em que penalidades mais brandas para situações semelhantes foram aplicadas, "indica uma interpretação mais rigorosa da quebra de decoro parlamentar neste caso específico, mais ainda, indica um afastamento que só se justifica por uma intensificação polarizada de antagonismos políticos, que acaba por retirar justa causa ao sistema de sanções principalmente no plano ético" diz o documento.

Abatido

Durante o período de jejum, Glauber tem ingerido apenas água, isotônico e soro. Segundo a equipe médica que o acompanha, ele passou por novos exames e apresentou um quadro de pressão alta, que já foi controlado. Os exames de sangue e de urina não mostraram alterações. Devido ao estado de saúde cada vez mais debilitado do parlamentar, que já perdeu mais de quatro quilos, os exames têm sido realizados com maior frequência. "Glauber está um pouco mais abatido, mas com exame clínico normal", afirmou o médico Antônio Alves de Souza.

Ao longo do dia, Glauber recebeu diversas visitas de figuras políticas, incluindo o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira; a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara; o líder do governo no Senado, Jacques Wagner (PT-BA), e outros parlamentares. Também estiveram presentes o ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) José Geraldo e o ex-ministro Nilmário Miranda.

"São visitas muito importantes porque reforçam as injustiças que estão acontecendo aqui na Câmara. Vou aguentar o tempo que for necessário para mudar esse cenário. Sigo forte", afirmou Braga.

Sem data

O deputado reafirma que permanecerá no local até que uma decisão sobre o seu processo seja tomada. No entanto, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), ainda não indicou quando o caso será pautado. Vale destacar que o processo de Glauber Braga aguarda votação enquanto a cassação do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) — acusado de envolvimento no assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes —, aprovada pelo Conselho de Ética em 2024, também ainda não foi votada em plenário.

O processo contra Glauber Braga foi instaurado após uma representação (REP 5/24) movida pelo Partido Novo, em resposta ao incidente ocorrido em abril de 2024, quando o deputado expulsou o youtuber Gabriel Costenaro, integrante do Movimento Brasil Livre (MBL), das dependências da Câmara. Na ocasião, Braga foi acusado de agredi-lo com empurrões e chutes, após Costenaro provocá-lo com ofensas direcionadas à sua mãe.

No entanto, Glauber acredita que está sendo alvo de uma perseguição política, supostamente orquestrada pelo ex-presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em retaliação às denúncias feitas pelo parlamentar sobre possíveis irregularidades na destinação de emendas por meio do "orçamento secreto". Segundo Braga, Lira teria negociado o parecer favorável à sua cassação com o relator do processo, deputado Paulo Magalhães (PSD-BA), em troca de apoio para o envio de recursos desse mecanismo, que carece de transparência e rastreabilidade.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Gustavo Moreno/SCO/STF

PGFN estuda os efeitos da decisão de Gilmar Mendes

Pejotização: Procuradoria da Fazenda pretende atuar

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional disse ao Correio Bastidores que, "no momento oportuno", pretende atuar diante de um eventual reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, da legalidade da pejotização.

Na resposta ao questionamento feito pela coluna, a PGFN informa que tem acompanhado de perto a discussão sobre a "licitude da contratação de trabalhador autônomo ou pessoa jurídica para a prestação de serviços". Diz também que ainda levanta impactos econômicos da medida.

Em 2023, a PGFN alertou o STF que o reconhecimento da pejotização teria consequências na arrecadação de impostos e da Previdência Social. Alegou ser inviável impedir que a Justiça do Trabalho anule atos ilegais.

'Fictício'

Na época, criticou a possibilidade de que contratos meramente formais fossem ocultos sob um "manto fictício". Subordinada à Advocacia-Geral da União, a PGFN assessora o Ministério da Fazenda atua em causas fiscais e em cobranças judiciais e administrativas.

Suspensão

Na pejotização, o empregador contrata funcionários como pessoas jurídicas para não pagar obrigações trabalhistas. Esta semana, o ministro Gilmar Mendes, favorável a esse tipo de medida, suspendeu o andamento de todas os processos sobre o tema.

Divulgação/TST

Para Anamatra, Justiça do Trabalho é que deve decidir

Juízes do Trabalho criticam decisão de Gilmar Mendes

A atitude de Mendes gerou uma crise com a Justiça do Trabalho. A Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) classificou de "preocupante" a suspensão de todas as ações que tratam de fraude nas relações de trabalho.

Em nota, negou descumprimento, pela Justiça do Trabalho, de decisões do STF: frisou que Mendes agiu num processo de reconhecimento de vínculo que havia sido negado pelo Tribunal Superior do Trabalho.

A Anamatra ressaltou que o STF ainda não tomou qualquer decisão vinculante sobre pejotização e ressaltou que a prática "não se confunde com terceirização".

Confusão

Na sequência, a entidade faz uma crítica nada sutil ao STF: frisa que, apesar da diferença entre pejotização e terceirização (ampliada no governo Michel Temer), "muitas reclamações constitucionais" foram acolhidas pelo Supremo com esses fundamentos.

Dona da bola

Reservadamente, os magistrados afirmam que o STF sequer deveria tratar disso. A nota cita a Constituição e diz esperar que a corte "reafirme o prestígio institucional e a competência da Justiça do Trabalho" para analisar as relações de trabalho e vínculos de emprego.

'Malsinada'

A Associação Carioca de Advogados Trabalhistas dispensou a diplomacia. Diz que a "malsinada" decisão de Mendes causou perplexidade e estarrecimento. Afirma que o STF não observou o devido processo legal ao mudar sua posição e admitir recursos extraordinários.

Não e não

Para a entidade, a medida tomada pelo ministro do STF privilegia a "degradação das relações de trabalho", estimula a fraude e sonega direitos essenciais aos trabalhadores. Ainda frisa dizer não "à pejotização indistinta referendada pelo Supremo Tribunal Federal".